

Artigo Original

# Mapeamento da Educação Física em programas de Residência Multiprofissional em Saúde no Sul do Brasil

## Survey of Physical Education in Multi-professional Health Residency (MHR) programs in southern Brazil

Douglas A Xavier<sup>1</sup>, Alan G Knuth<sup>2</sup>

### Resumo

Tendo em vista a regulamentação da Educação Física como profissão da saúde em 1998 e atuação nos seus variados contextos, a presente pesquisa possui como objetivo mapear o panorama da profissão nos programas de Residência Multiprofissional em Saúde (RMS) na região sul do Brasil no ano de 2015. Para isso, realizou-se um estudo quantitativo por meio de um levantamento descritivo, utilizando como procedimentos metodológicos o contato com os Ministérios da Saúde e da Educação, contato com as instituições proponentes e busca ativa. Observou-se a existência de 80 RMS na região sul, sendo que 21 contemplam a Educação Física, com 13 no Rio Grande do Sul. Constatou-se que a maioria não faz distinção entre o grau acadêmico do profissional de Educação Física e a maioria dos programas são propostos por Instituições de Ensino Superior. Sugere-se que novas pesquisas atentem para o histórico de residentes nestes programas e o detalhamento sobre a inserção profissional dos egressos após atuarem nas RMS.

### Palavras-chave

Aprendizagem em ensino-serviço; Trabalho em saúde; Sistema de saúde; Educação Física.

### Abstract

*In light of the regulation of Physical Education as a health profession in 1998 and its performance in various health related contexts, this research aims to survey the scenario of this profession in Multi-professional Health Residency (MHR) programs in southern Brazil in the year 2015. A quantitative research was hence carried out through a descriptive survey and by making use of not only the contact between the Ministry of Health and Education but also those proposing institutions and the active search as means of research methodology. It was verified a total of 80 MHR programs in southern Brazil, 21 of which encompass Physical Education, and 13 of which are based in the state of Rio Grande do Sul (RS). It was also confirmed that most programs do not distinguish an academic degree in Physical Education from the majority of programs offered by other universities. It is recommended that new researches in the area take into consideration the historic of interns in such programs and further details regarding the professional entrance of graduate students after the MHR period.*

### Keywords

*Learning in Teaching-Service; Work in Health; Health care system; Physical Education*

### Introdução

Tanto a Educação Física quanto as modalidades de Residência Multiprofissional em Saúde (RMS) possuem uma recente introdução na história do Sistema Único de Saúde (SUS). A Educação Física foi reconhecida oficialmente como pertencente à área da Saúde em 1998, com a resolução n° 287<sup>1</sup>. Desde então, a profissão tem traçado uma lenta e gradual inserção nesse campo de atuação, pois desde a regulamentação

em 1998 a cada política e iniciativa do setor saúde a Educação Física foi sendo incorporada em tais ações. Ressaltam-se a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), em 2006, e a inclusão entre as possíveis profissões formadoras dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), em 2008, como importantes marcos de inclusão na agenda do SUS<sup>2,3</sup>, se tomarmos a esfera das políticas públicas de saúde.

Os programas de RMS, por sua vez, foram regulamentados em 2005, definidos como “modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu*, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área de saúde, excetuada a mé-

1 Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Curso de Educação Física, Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família.

2 Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Curso de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública.

dica<sup>34</sup>, com o objetivo de incentivar e capacitar futuros profissionais da saúde para a atuação no SUS. Em perspectiva, encontra-se o trabalho coletivo e de diferentes núcleos profissionais, buscando ampliação do cuidado no processo saúde-doença. Experiências de RMS se acumulam antes mesmo da regulamentação de 2005 e a Educação Física tem se apresentado como área profissional em muitos destes programas.

Devido a esse recente entrelaçamento da profissão com a atuação nos campos da Saúde, os programas de RMS proporcionam aos profissionais de Educação Física um processo de capacitação após a formação básica, em conjunto com outras profissões da saúde, para a atuação coletiva e imersa na prática do SUS. Essa possibilidade de capacitação para o contexto do SUS torna-se ainda mais relevante, ao passo que, Anjos e Duarte<sup>5</sup> ao observarem a grade curricular de cursos de Educação Física no Estado de São Paulo, constataram que esses ainda não preparam os alunos para a atuação no SUS, não possuindo disciplinas com carga horária suficiente sobre o tema. Mais recentemente, Costa et al.<sup>6</sup> em estudo semelhante nas capitais brasileiras perceberam que, além da insuficiência de conteúdos voltados à Saúde Coletiva e atuação no SUS na formação inicial, a maioria das instituições de ensino que ofereciam tal preparo eram de âmbito privado.

Obviamente as questões de formação na Educação Física não se apresentam como problemáticas apenas no campo da saúde, inclusive temos presenciado um embate político, acadêmico e de diversos interesses que traz instabilidades na formação da área. Estes embates se originam tanto em questões epistemológicas ao pensar a Educação Física quanto nos debates acerca da regulamentação e fragmentação da formação na área. Existem pontos discordantes entre os pesquisadores da área sobre a livre atuação dos licenciados na profissão. Lemos, Morschbacher e Both<sup>7</sup> consideram que a fragmentação da formação na Educação Física restringe a função social do “ser professor”, para os licenciados e bacharéis. Porém, de acordo com Nunes, Votre e Santos<sup>8</sup>, a fragmentação da profissão pode proporcionar, com uma nova estrutura curricular, melhor apropriação de conhecimentos e saberes específicos da profissão.

Em linhas gerais se sabe da ampliação das RMS, porém dados precisos sobre tal expansão não se encontram com facilidade. Nos sítios eletrônicos do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, responsáveis por cooperar com os programas de RMS pela disponibilização de bolsas, acompanhamento e avaliação, quase nada é possível concluir sobre o panorama atual das RMS. Dessa maneira, o envolvimento de uma área profissional específica, como a Educação Física, não está documentado e se apresenta indisponível.

Tendo em vista o exposto, objetiva-se neste trabalho mapear a participação da Educação Física nos programas de RMS na região sul do Brasil. Também se apresenta as ênfases de RMS em que a área está colocada, número de vagas, áreas profissionais que se articulam com a Educação Física na composição desses programas de RMS, instituições proponentes e o grau acadêmico requerido aos residentes, no ano de 2015.

## Métodos

Foi realizado um estudo de cunho quantitativo, tendo como finalidade realizar um levantamento descritivo sobre a participação da Educação Física nos programas de Residência Multiprofissional em Saúde da região sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Para atingir esse objetivo, os procedimentos metodológicos foram: a) contato ministerial por correio eletrônico (Ministério da

Saúde e Ministério da Educação); b) contato por correio eletrônico direto com as secretarias e coordenações dos programas de RMS em que se possuía conhecimento da presença da Educação Física e; c) contato através de busca ativa manual por programas nos sites e editais específicos de Instituições de Ensino Superior (IES), Secretarias de Saúde, Hospitais e contatos via listas de residentes em redes sociais e sites específicos.

As informações coletadas durante a pesquisa foram: nome do programa, instituição proponente, localização geográfica (cidade e estado), número de vagas para profissionais de Educação Física, ênfase do programa de RMS (área de atuação), áreas profissionais associadas (que integram a RMS) com a Educação Física nesse programa, distinção nos editais de seleção sobre a formação do candidato à RMS, sendo categorizadas em três habilitações (licenciado, bacharel ou licenciados plenos em Educação Física, compreendendo essa última categoria como os egressos nos cursos de Educação Física anteriores ao ano de 2004), natureza da instituição proponente que coordena o programa de RMS (Instituição de Ensino Superior ou Instituição de Serviço de Saúde), e um meio de contato com a coordenação do programa.

Como método de inclusão no estudo, foram consideradas apenas as RMS, excluindo as Uniprofissionais em Área da Saúde, como também somente os editais de seleção para início das atividades dos futuros residentes no ano de 2015, ano este da análise das informações referentes a temática deste estudo.

Inicialmente, reportou-se a representantes do Ministério da Educação e Ministério da Saúde solicitando que os mesmos enviassem os dados pertinentes para a pesquisa. Acreditou-se que os Ministérios poderiam colaborar com a investigação devido a uma compilação de dados cadastrais que foi apresentada durante o I Seminário Regional Sul das Residências Multiprofissionais em Saúde em Porto Alegre, em novembro de 2014. Uma apresentação foi fornecida pelo Ministério da Saúde com dados parciais dos programas de RMS. Esta apresentação contribuiu na definição dos passos metodológicos já apresentados de contato com instituições, sites, redes sociais. Não houve resposta oficial do Ministério da Educação.

Concomitantemente, foi feita a coleta por meio de busca ativa via internet. Essa busca abrangeu sites de pesquisa, redes sociais, sites de programas de RMS e secretarias de saúde e currículo lattes de professores de Educação Física participantes de programas de RMS de conhecimento dos autores. Essa fase da coleta nos permitiu reunir a maioria dos dados da presente pesquisa.

Finalizada as duas fases citadas, fez-se contato diretamente com os coordenadores dos programas de RMS encontrados via busca ativa, almejando refinar o número de programas já encontrados e descobrir outras possíveis RMS existentes na região sul do Brasil.

Após a finalização da coleta de dados, a análise do estudo foi essencialmente descritiva, a partir da organização em planilhas do programa Microsoft Excel, figuras e tabelas simples. Aos leitores interessados, dispomos de contatos detalhados de cada programa de RMS, dados que não estão apresentados no artigo. Por não se tratar de pesquisa com seres humanos o presente projeto não foi submetido a um comitê de ética em pesquisa. Os dados utilizados são de domínio público.

## Resultados

Foram identificados 80 programas de RMS na região sul do Brasil, sendo que desse total, 21 programas contemplam a área de Educação Física. Nesse momento se propõe analisar exclusivamente os 21 programas para que se possa compreender o contexto em que a profissão de Educação Física está inserida nas RMS.

Na tabela 1 observa-se a distribuição dos programas de RMS que incluem a profissão de Educação Física na região sul (n=21), bem como o número de vagas disponibilizadas (n=43) e a quantidades de programas por estado e cidade. Foi observada a presença de três programas no Paraná, 13 no Rio Grande do Sul e cinco em Santa Catarina. O maior número de residentes se encontra no estado do Rio Grande do Sul (n=21).

**TABELA 1** – Descrição dos programas de RMS que incluem a Educação Física na região sul do Brasil (N=21) e número de vagas por cidade (N=43)

Estado	Cidade	Instituições responsáveis e número de programas	Vagas para a profissão na cidade
Paraná			
	Curitiba	PUCPR (1)	1
	Londrina	UEL (2)	3
Rio Grande do Sul			
	Canoas, Esteio Sapucaia do Sul e Porto Alegre *	ESP (1)	4
	Porto Alegre	ESP (*) PUCRS (2) HCPA (2) UFRGS (1)	8
	Rio Grande	FURG (2)	3
	Santa Cruz	UNISC (1)	1
	Santa Maria	UFSM (1)	2
	São Lourenço	ESP (1)	1
	Uruguaiana	UNIPAMPA (2)	2
Santa Catarina			
	Balneário Piçarras, Brusque, Itajaí e Itapema **	UNIVALI (1)	8
	Criciúma	UNESC (2)	3
	Florianópolis	UFSC (1) UDESC (1)	7

\* As cidades de Canoas, Esteio e Sapucaia do Sul estão categorizadas em conjunto devido compartilharem o mesmo processo seletivo de RMS, sendo designado o residente para atuação nessas cidades, conforme o edital de seleção, por ordem de classificação. Esse programa também oferta uma vaga específica para a cidade de Porto Alegre \*\* As cidades de Balneário Piçarras, Brusque, Itajaí e Itapema estão categorizadas conjuntamente devido compartilharem o mesmo processo seletivo de RMS, não sendo descrito em edital o método de designação do residente.

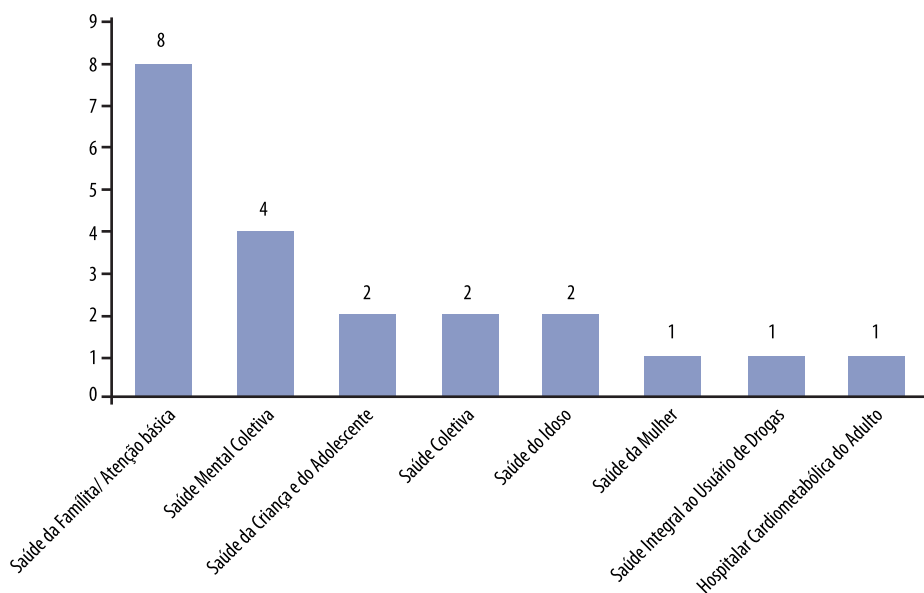
A tabela 2 refere-se ao grau acadêmico exigido para o ingresso dos profissionais de Educação Física nos programas de RMS, baseado em seus editais, sendo que 62% dos editais de seleção não mencionam nenhum tipo de distinção da formação inicial para o ingresso do profissional de Educação Física. Também indica quais são as ênfases (n=8) que fazem distinção, sendo que desses 37,5% correspondem a Saúde da Família (n=3).

A figura 1 refere-se às ênfases dos programas de RMS em que a Educação Física está presente. As ênfases com maior ocorrência são aquelas vinculadas à Saúde da Família com 38% dos 21 programas encontrados.

A tabela 3 refere-se às áreas profissionais que mais se associam a Educação Física na composição desses programas de RMS, apontando que a Enfermagem é a profissão mais presente, encontrando-se em todos os editais dos programas estudados. Também expõe que a maioria dos programas observados possui uma Instituição de Ensino Superior como proponente, totalizando 81% dos programas encontrados.

**TABELA 2** – Caracterização da distinção do grau acadêmico exigido para o egresso em Educação Física nos editais de RMS e ênfases que fazem distinção do grau acadêmico do profissional (n=8)

Variáveis	N	%
Grau acadêmico		
Sem distinção no edital de seleção	13	62
Licenciatura plena ou bacharelado	5	24
Apenas bacharelado	3	14
Ênfases que fazem distinção do grau acadêmico do graduado		
Saúde da Família	3	37,5
Saúde do Idoso	2	25
Saúde Coletiva	1	12,5
Saúde da Criança e do Adolescente	1	12,5
Saúde da Mulher	1	12,5

**FIGURA 1** – Ênfases dos programas de RMS que contemplam a Educação Física.**TABELA 3** – Descrição das áreas profissionais articuladas à Educação Física e natureza das instituições proponentes dos programas de RMS.

Variáveis	N	%
Áreas profissionais articuladas à Educação Física		
Enfermagem	21	100
Psicologia	16	76
Serviço Social	14	66
Nutrição	14	66
Fisioterapia	13	62
Farmácia	11	52
Odontologia	7	33
Terapia Ocupacional	4	19
Artes Visuais	3	14
Fonoaudiologia	2	9
Pedagogia	1	4
Natureza da Instituição proponente		
Instituição de Ensino Superior	17	81
Instituição de Serviço de Saúde	4	19

## Discussão

O presente estudo se propôs a fazer um mapeamento da profissão de Educação Física perante as RMS na região sul do Brasil. Assim, foram localizados 80 programas de RMS, sendo que 21 tinham a presença de profissionais de Educação Física no ano de 2015. Dentre os estados do Sul, o Rio Grande do Sul é o que dispõe de mais residentes de Educação Física e também o maior número de programas com a área (21 e 13, respectivamente). A ênfase que mais contempla a profissão é a Saúde da Família e, em sua maioria, as RMS são oriundas de Instituições de Ensino Superior. Por sua vez, a Enfermagem aparece como a área profissional mais articulada à Educação Física na composição dos programas, presente em todos os editais de ingresso das RMS. Cabe destaque também para a inexistência de separação entre bacharelados/licenciaturas para ingresso na maioria das RMS.

Aponta-se como um dos motivos do Rio Grande do Sul estar à frente dos demais estados da região sul, o seu pioneirismo na proposição de programas de Residências Multiprofissionais. Em 1978, a Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS) propôs a primeira Residência Multiprofissional, derivada do programa de Residência em Saúde Comunitária, experiência que serviu de modelo para outros estados do país, como Rio de Janeiro e Pernambuco<sup>9</sup>. Dessa forma, entende-se que o estado do Rio Grande do Sul se diferencia dos demais da região sul por oferecer maior oportunidade para os egressos de Educação Física no que se refere ao trabalho no SUS, por meio das RMS. Além disso, o estado, em relação aos demais, possui maior variedade de ênfases, presença em diversas cidades e maior número de vagas para profissionais de Educação Física. Há ainda carência no compartilhamento de experiências, refletindo sobre como as RMS, e certamente o Rio Grande do Sul - e também os outros estados - podem contribuir para o meio acadêmico e profissional com a sistematização dos trabalhos realizados no campo da saúde, já que ainda são raras as publicações neste cenário.

Entende-se que a distinção no grau acadêmico do profissional de Educação Física não é um critério de ingresso estabelecido na maioria dos programas de RMS, sendo possível qualquer indivíduo formado em Educação Física ser residente nestes programas. Esse resultado implica em uma discussão pertinente na área da Educação Física acerca do exercício profissional de seus graduados. Essa temática tem suscitado diversas discussões epistemológicas e sociopolíticas entre os seus profissionais, devido à dualidade da legislação vigente e interesses políticos e mercadológicos. Como abordado anteriormente, pesquisadores como Lemos, Morschbacher e Both<sup>7</sup> e Nunes, Votre e Santos<sup>8</sup> discorrem em argumentações favoráveis e contrárias sobre o assunto. Não cabe a este trabalho dar profundidade de discussão teórica sobre o tema, porém ressalta-se que para Pasquim<sup>10</sup> é justamente essa “dualidade bipolar institucional” que enfraquece a formação profissional, tanto do licenciado, quanto do bacharel, por limitar uma prática integral da profissão, focada no entendimento pleno do ser humano.

Não faz parte do escopo deste trabalho revisitar cada componente histórico da divisão na formação acadêmica na Educação Física, vamos apenas retomar um aspecto que se relaciona com o campo da saúde e que dialoga com o resultado que encontramos: o fato de o trabalho no SUS, por meio das RMS, não estar delimitando qualquer modalidade de formação dos profissionais de Educação Física.

É sabido que há posições favoráveis a separação da área em bacharelado e licenciatura e posições que defendem uma formação única, sem restrições de atuação profissional. A Associação Brasileira de Ensino da Educação Física para a Saúde (ABENEFS), uma associação civil de direito privado, defende exclusivamente o ba-

charelado como grau acadêmico habilitado para atuação na saúde e tem apresentado estratégias de formação nesse sentido. Os principais argumentos da criação da ABENEFS apontam de que é necessário para os cursos de Educação Física, em específico o bacharelado, adequar a sua estrutura curricular, bem como o perfil docente e sua organização para a atuação no SUS, com uma formação com ênfase na saúde<sup>11</sup>.

Entretanto, os dados obtidos nessa pesquisa estão em consonância com o entendimento oficial do Ministério da Saúde acerca do exercício profissional da Educação Física nos NASFs. Conforme a Portaria 256/2013 do Ministério da Saúde, que dá disposições sobre os NASFs, ambas as modalidades de Educação Física possuem direito legal e competência para a atuação na saúde, entendendo como atuação única<sup>12</sup>.

Muitos embates têm levado a repercussões no meio jurídico, já que nas instâncias acadêmicas há uma ruptura e dificuldade de consensos sobre a formação. Também há a autonomia das IES para exercerem seus currículos e uma maior fiscalização nos cenários de atuação profissional, enfim, trata-se de uma questão sensível e ainda não resolvida na área de Educação Física. Há extensa documentação, artigos, posicionamentos e pontos de vistas divergentes sobre a temática. De fato, até o momento, as RMS tornam-se um campo de pós-graduação e atuação prática no cenário do SUS que oportuniza a chance para qualquer profissional de Educação Física, em sua maioria, vivenciar a experiência do ensino em serviço no SUS.

Também se nota que a maioria dos programas de RMS possui uma Instituição de Ensino Superior como proponente, totalizando 81% de todas as RMS. Aponta-se como principal motivo para esse resultado a expansão dos programas de pós-graduação na área da saúde e a regulamentação dos programas de RMS em 2005<sup>4</sup>, mas não só. É sabido que as IES têm relação na formação de profissionais para o SUS, este é um aspecto constitucional que coloca para a instância das universidades a ordenação de profissionais, a discussão dos pressupostos de formação no setor saúde. Todavia, tem sido uma das demarcações de resistência das instituições de serviços de saúde a reivindicação de que possam abrigar as RMS, sendo esse um dos avanços conquistados politicamente de forma bem recente, após a instituição da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS) oficialmente em 2009, por meio da Portaria Interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009<sup>13</sup>. Há serviços como secretarias de saúde ou hospitais com condições e interesse de receber os programas de RMS. A seguir, em 2014, a CNRMS instituiu que tanto IES quanto instituições de saúde podem propor, coordenar e viabilizar estratégias de RMS. Logo, esperava-se o baixo número de programas de RMS proposto por instituições de serviços de saúde em comparação com as instituições de ensino superior devido à recente a regulamentação da proposição de programas de RMS por parte dos mesmos (2014 e o presente levantamento feito em 2015), sendo que há perspectiva para mudanças neste cenário para frente, após avanços na regulamentação. Há também dificuldades por parte das universidades em conduzir o processo de trabalho e formação das RMS, sendo que ainda cabem conquistas dentro das pró-reitorias e institutos em termos de reconhecimento e demanda de recursos humanos e isso pode influenciar para que outros serviços de saúde assumam a liderança nas RMS.

A Saúde da Família/atenção básica é a ênfase da maioria dos programas de RMS que incluem a Educação Física como profissão participante. Esse resultado é devido a ações de atuação diretamente ligadas a profissão estar presente, primeiramente, na Política Nacional de Promoção à Saúde, por meio do eixo “práticas corporais/atividades físicas”, a qual está intimamente ligada a Estratégia de

Saúde da Família, como aborda um dos objetivos específicos de se “Incorporar e implementar ações de promoção da saúde, com ênfase na atenção básica”, sendo um dos objetivos da profissão de Educação Física “mapear e apoiar as ações de práticas corporais/atividade física existentes nos serviços de atenção básica e na Estratégia de Saúde da Família, e inserir naqueles em que não há ações”<sup>2,14</sup>.

Corroborando com esse achado, a presença da profissão na criação dos NASFs, mediante portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008, sendo o principal intuito dos núcleos ofertar suporte para as Equipes de Saúde da Família através do trabalho multiprofissional<sup>3</sup>. Parece interessante que a Educação Física possa se fortalecer na lógica de atenção básica, dado que algumas experiências vêm sendo acumuladas desde Rede Nacional de Atividade Física e posterior efetivação do Programa Academia da Saúde<sup>15,16</sup>. Há certamente vários entraves conceituais para esta atuação, muitos deles localizados na própria Educação Física, entretanto o avanço é fundamental e a possibilidade de um profissional apostando em um conceito ampliado de saúde, que dê voz e singularidade aos usuários, que tenha em sua atuação a integralidade e o trabalho coletivo em conformidade com premissas da Política Nacional de Humanização<sup>17</sup> podem oferecer um amadurecimento indispensável para essa recente área profissional perante as políticas públicas de saúde.

Já a área profissional mais articulada com a Educação Física na composição dos programas é a Enfermagem, que está presente em todos os editais de seleção de RMS que contemplam a Educação Física. Esse fato é advindo da relevância histórica da Enfermagem nos programas de RMS, sendo essa profissão a primeira após a médica a possuir um programa de Residência, no ano de 1960 em São Paulo, nos mesmos moldes das Residências Médicas já existentes<sup>18</sup>. A Enfermagem, como área já estabelecida na atenção básica, também se articula com a informação anteriormente expandida. Então, Educação Física e Enfermagem se associam no trabalho das RMS e especificamente na atenção básica com a Estratégia de Saúde da Família aparecendo como experiência maior. Tal associação não é obrigatória, mas esteve sempre presente nos programas aqui analisados.

Apesar dos dados serem relevantes, é necessário enfatizar que a maior concentração de vagas está nas capitais dos estados. É importante entender que a atuação e compreensão do ambiente da saúde das capitais dos estados se difere das cidades do interior, devido a variantes específicas como densidade demográfica, municipalização insuficiente, políticas públicas de saúde e outras. Assim, esse resultado expõe que, são poucas as oportunidades de atuação do trabalhador da Educação Física nas RMS diante do contexto sociocultural de cidades do interior, dificultando a compressão das diferentes realidades culturais no SUS. Essa dificuldade poderia ser amenizada com a ampliação de programas de RMS em diferentes localidades dos estados, desse modo, o profissional de Educação Física poderia imergir em diferentes contextos locais do SUS. Caberia aqui sugerir um estudo mais aprofundado sobre a atuação profissional da Educação Física nas cidades do interior dos estados em comparação com suas respectivas capitais.

As RMS além de proporcionarem uma experiência distinta de relevância profissional para o profissional da Educação Física, segundo Loch e Florindo<sup>19</sup>, possuem potencial para diminuir a distância entre o mundo acadêmico e o mundo profissional. De tal modo, torna-se necessário repensar a importância e o papel da participação da Educação Física nos programas de RMS. Como será que as Instituições de Ensino Superior preparam os seus graduados em Educação Física para a atuação profissional frente aos desafios do SUS? Acerca disso, Corrêa et al.<sup>20</sup>, em um estudo acerca dos entraves da Educação Física nas RMS na cidade do



Rio Grande - RS, expõe que os múltiplos desafios da atuação profissional no SUS possuem origem nas falhas ainda existentes na formação básica do profissional e na sua dificuldade de atuação multiprofissional, problemática a qual, não está restrita à área profissional da Educação Física. Também, aponta que, devido a esses obstáculos inerentes das RMS, torna-se necessário para os recém-graduados penetrarem no contexto da prática no SUS para, de fato, compreender as possibilidades de atuação e enfrentamentos que a realidade do SUS apresenta.

A principal limitação desta pesquisa foi a impossibilidade de gerar dados nacionais sobre a Educação Física e as RMS. Dados ministeriais detalhados não foram compartilhados para que um cenário completo brasileiro fosse descrito, para isso outros esforços serão necessários, como uma pesquisa em diferentes regiões do país. Nosso estudo se limitou à região sul e uma busca nestes moldes em todas as regiões demandaria outro investimento. Cabe ressaltar que, na região sul do Brasil a inclusão da Educação Física enquanto área profissional participante dos RMS é pequena, totalizando menos de 30% do total de RMS que ofertaram vagas para o ano de 2015. Possíveis futuros estudos poderão apresentar o quadro nacional e comparações longitudinais.

Portanto, acredita-se que são necessários maiores estudos quantitativos e qualitativos que possam compreender a inserção da Educação Física não necessariamente em programas RMS, mas também no contexto da saúde de forma ampla. Sugere-se que novas pesquisas atentem para o histórico de residentes nestes programas e a preocupação em saber se o SUS tem incorporado aos serviços tais profissionais ao finalizarem sua formação. Questiona-se, assim, qual o mercado tem absorvido os/as residentes após sua passagem de imersão no SUS?

Por fim, espera-se que esse estudo possa servir de apoio para demais pesquisadores com interesse na área a estabelecerem mapeamentos da inserção da Educação Física no campo da saúde, reafirmando a importância do profissional da Educação Física no SUS.

### Contribuição dos autores

Douglas A Xavier participou da coleta e análise dos dados, bem como da redação do artigo; Alan Knuth participou da análise dos dados e da revisão final do artigo.

### Referências

1. Brasil, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 287, de 08 de outubro de 1998. Diário Oficial União. 15 jul 2003; Seção 1:21. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/docs/Reso287.doc>
2. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2006.
3. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria n.º 154 de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.
4. Brasil, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Portaria Interministerial n.º 2.117, de 03 de novembro de 2005. Institui no âmbito dos Ministérios da Saúde e da Educação, a Residência Multiprofissional em Saúde e dá outras providências. Diário Oficial União. 04 nov 2005; Seção 1:112.
5. Anjos TC, Duarte ACGO. A Educação Física e a estratégia de saúde da família: formação e atuação profissional. *Physis: Rev. Saúde Coletiva* 2009; 19(4): 1127-44.
6. Costa LC, Junior CAFL, Costa EC, Feitosa MC, de Aguiar JB, Gurgel LA. Formação profissional e produtividade em saúde coletiva do Profissional de Educação Física. *Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde*. 2012; 17(2): 107-113.

7. Lemos, L. M., Veronez, L. F. C., Morschbacher, M., & Both, V. J.. As contradições do processo de elaboração das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de formação em Educação Física e os movimentos de resistência à submissão ao mercado. *Revista Movimento*. 2012, 18(3): 27-49.
8. Nunes, MP, Votre SJ; Santos, W. O. profissional em Educação Física no Brasil: desafios e perspectivas no mundo do trabalho. 2012. *Revista Motriz*, 18(2): 280-290.
9. Rosa SD, Lopes RE. Residência multiprofissional em saúde e pós-graduação no Brasil: apontamentos históricos. *Revista Trabalho, Educação, Saúde*. 2009/2010, 7(3): 479-498.
10. Pasquim, HM. A Saúde Coletiva nos cursos de graduação em Educação Física. *Saúde & Sociedade [online]*. 2010. 19(1): 193-200
11. Fonseca AS, Menezes AS, Loch MR, Feitosa WMN, Nahas MV, Nascimento JV. Pela criação da Associação Brasileira de Ensino da Educação Física para a Saúde: Abenefs. *Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde*. 16(4): 283-288.
12. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Portaria nº 256 de 11 de março de 2013. Estabelece novas regras para o cadastramento das equipes que farão parte dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES). Brasília: Ministério da Saúde; 2013
13. Brasil, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde, e institui o Programa Nacional de Bolsas para Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde e a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde. *Diário Oficial União*. 13 nov 2009; Seção 7:1.
14. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Portaria nº 687 MS/GM, de 30 de março de 2006. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos em Saúde)
15. Brasil, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.681, de 7 de Novembro de 2013. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 8 nov. 2013. Seção 1, p. 37.
16. Brasil, Ministério da Saúde. Portaria nº 2.684, de 08 de Novembro de 2013. Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos e de custeio no âmbito do Programa Academia da Saúde e os critérios de similaridade entre Programas em Desenvolvimento no Distrito Federal ou no Município e o Programa Academia da Saúde. *Diário Oficial da União, Brasília, DF*, 14 nov. 2013. Seção 1, p. 38
17. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização/HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 72 p. (Série B. Textos Básicos em Saúde)
18. Ferreira SR, Olschowsky A. Residência: Uma modalidade de ensino. In: Brasil. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição Residências em saúde: fazeres & saberes na formação em saúde. Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2010. p.23-35.
19. Loch MR, Florindo AA. A Educação Física e as residências multiprofissionais em saúde. *Rev. Bras. Ativ. Fis. Saúde*. 2012; 17: 81-2.
20. Corrêa LQ, Valério MP, Teixeira AO, Guerreiro LF., Silveira DF, Machado PT, et al. A atuação da educação física nas residências multiprofissionais em saúde. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. 2014. 27(3): 428-433.

**ENDEREÇO PARA  
CORRESPONDÊNCIA**  
**DOUGLAS A XAVIER**  
xavier.douglas@hotmail.com

Curso de Educação Física – Centro  
Esportivo (FURG)  
Campus Carreiros, Km 8, Rio Grande, RS  
CEP: 96.201-900

**RECEBIDO** 31/03/2016  
**REVISADO** 11/08/2016  
**APROVADO** 11/08/2016